

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Data Entrega: 13/08/2019

Data Referência: 30/06/2019

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil) 30/06/2019

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.446.898.779

Preferenciais 0

Total 1.446.898.779

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2019	31/12/2018
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.866	5.709
1.02.01.10.03	Tributos recuperar	5.866	5.709
1	Ativo Total	2.600.061	2.666.063
1.01	Ativo Circulante	310.827	343.799
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	125.029	179.573
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.520	56.737
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	59.520	56.737
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	59.520	56.737
1.01.03	Contas a Receber	34.680	31.683
1.01.03.01	Clientes	34.223	31.226
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	457	457
1.01.04	Estoques	64.013	53.937
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.431	7.569
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.431	7.569
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.602	13.831
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	552	469
1.01.08.03	Outros	552	469
1.02	Ativo Não Circulante	2.289.234	2.322.264
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	127.882	117.399
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.580	3.566
1.02.01.04	Contas a Receber	12.850	11.699
1.02.01.04.01	Clientes	12.850	11.699
1.02.01.07	Tributos Diferidos	40.459	33.856
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.459	33.856
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	54.670	52.112
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	10.457	10.457

1.02.03	Imobilizado	51.488	51.492
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51.488	51.492
1.02.04	Intangível	2.109.864	2.153.373
1.02.04.01	Intangíveis	2.109.864	2.153.373
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.109.864	2.153.373

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2019	31/12/2018
2	Passivo Total	2.600.061	2.666.063
2.01	Passivo Circulante	282.869	265.529
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.915	33.585
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.915	33.585
2.01.02	Fornecedores	35.665	53.532
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.660	51.924
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.005	1.608
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.710	5.775
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	966	4.166
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	966	4.166
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	370	286
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.374	1.323
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	120.571	102.533
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.341	47.753
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.341	47.753
2.01.04.02	Debêntures	73.230	54.780
2.01.05	Outras Obrigações	81.008	70.104
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	42.391	38.608
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	42.391	38.608
2.01.05.02	Outros	38.617	31.496
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.557	2.557
2.01.05.02.04	Concessão de serviço público	2.144	2.168
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	33.916	26.476
2.01.05.02.06	Outros	0	295
2.02	Passivo Não Circulante	978.090	1.048.175
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	937.395	1.012.577
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	349.053	372.569

2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	349.053	372.569
2.02.01.02	Debêntures	588.342	640.008
2.02.02	Outras Obrigações	11.107	10.544
2.02.02.02	Outros	11.107	10.544
2.02.02.02.03	Concessão de serviço público	8.685	8.480
2.02.02.02.04	Outros	2.235	1.877
2.02.02.02.05	Tributos a recolher	187	187
2.02.04	Provisões	28.809	24.217
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.809	24.217
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	8.969	7.300
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.702	10.068
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.138	6.849
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	779	837
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	779	837
2.03	Patrimônio Líquido	1.339.102	1.352.359
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.02	Reservas de Capital	538	538
2.03.04	Reservas de Lucros	7.661	7.661
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.661	7.661
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.257	0

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	200.556	387.747	185.748	375.938
3.01.01	Receita de Serviços	200.556	387.747	185.748	375.938
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-135.303	-259.850	-111.566	-221.264
3.02.01	Custos de serviços	-135.303	-259.850	-111.566	-221.264
3.03	Resultado Bruto	65.253	127.897	74.182	154.674
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.482	-95.758	-47.233	-94.721
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.626	-98.660	-47.252	-94.770
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-856	2.902	19	49
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.771	32.139	26.949	59.953
3.06	Resultado Financeiro	-28.069	-53.406	-21.025	-48.997
3.06.01	Receitas Financeiras	5.158	11.442	11.674	20.487
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.227	-64.848	-32.699	-69.484
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.298	-21.267	5.924	10.956
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.253	8.009	-3.314	-1.407
3.08.02	Diferido	5.253	8.009	-3.314	-1.407
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.045	-13.258	2.610	9.549
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-12.045	-13.258	2.610	9.549
3.99.01.01	ON	-0,0080	-0,0090	0,00200	0,00700
3.99.02.01	ON			0,00200	0,00700

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-12.045	-13.257	2.610	9.549
4.03	Resultado Abrangente do Período	-12.045	-13.257	2.610	9.549

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	87.675	135.075
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	111.674	141.042
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	-21.266	10.956
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	83.024	66.936
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	998	10.743
6.01.01.05	Provisões diversas	146	705
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	44.180	47.124
6.01.01.09	Ajuste de operação de hedge	0	3.284
6.01.01.10	Outros	4.592	1.294
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-23.999	-5.967
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-4.294	-7.998
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-2.558	-334
6.01.02.04	Estoques	-10.076	-4.330
6.01.02.05	Outros créditos	146	4.565
6.01.02.06	Fornecedores	-20.277	-15.341
6.01.02.07	Obrigações com empregados e administradores	9.330	-3.635
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-6.019	-5.919
6.01.02.10	Outras obrigações a pagar	7.683	5.612
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	-1.659	-1.528
6.01.02.12	Partes relacionadas	3.783	22.999
6.01.02.14	Receita diferida	-58	-58
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-40.896	-49.667
6.02.01	Aquisição de intangível	-33.098	-35.650
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-5.000	-2.236
6.02.03	Aplicação financeira	-2.798	-11.781
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-101.323	51.170

6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures	-29.488	-435.725
6.03.03	Pagamento de juros	-71.835	-41.208
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	0	550.000
6.03.05	Concessão de serviço público	0	1.698
6.03.06	Liquidação de derivativos	0	-23.595
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-54.544	136.578
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.573	58.213
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	125.029	194.791

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2019 à 30/06/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	8.199	0	0	1.352.359
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	8.199	0	0	1.352.359
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.257	0	-13.257
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.257	0	-13.257
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	8.199	-13.257	0	1.339.102

01/01/2018 à 30/06/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.549	0	9.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.549	0	9.549
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	9.242	0	1.353.402

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	399.387	386.293
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	399.794	387.224
7.01.02	Outras Receitas	0	-32
7.01.02.01	Outras receitas	0	-32
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-407	-899
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-148.439	-121.187
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-87	-96
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-148.352	-121.091
7.03	Valor Adicionado Bruto	250.948	265.106
7.04	Retenções	-83.024	-66.936
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-83.024	-66.936
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	167.924	198.170
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.442	20.487
7.06.02	Receitas Financeiras	11.442	20.487
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	179.366	218.657
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	179.366	218.657
7.08.01	Pessoal	103.877	112.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	68.313	81.390
7.08.01.02	Benefícios	29.611	24.891
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.953	5.521
7.08.01.04	Outros	0	198
7.08.01.04.02	Outros	0	198
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.681	26.186
7.08.02.01	Federais	8.242	16.854
7.08.02.02	Estaduais	1.843	1.804
7.08.02.03	Municipais	7.596	7.528

7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.065	70.922
7.08.03.01	Juros	49.859	55.830
7.08.03.02	Aluguéis	1.245	1.439
7.08.03.03	Outras	19.961	13.653
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.257	9.549
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.257	9.549

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2019	31/12/2018
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2019	31/12/2018
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2019 à 30/06/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível



METRÔ RIO

O CAMINHO MAIS FÁCIL

UMA EMPRESA

invepar
MOBILIDADE
URBANA



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

2T19

& 6M19

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DRI@metrorio.com.br

<http://metrorio.ri.invepar.com.br>



METRÔRIO REGISTRA RECEITA LÍQUIDA DE R\$ 387,7 MILHÕES NO 1º SEMESTRE DE 2019

EBITDA AJUSTADO FOI DE R\$ 115,2 MILHÕES NO MESMO PERÍODO

DESTAQUES

A RECEITA LÍQUIDA AUMENTOU 3,1% NO 6M19 E 8,0% NO 2T19 QUANDO COMPARADA A 2018

- O aumento da Receita Líquida é consequência do reajuste contratual da tarifa, passando de R\$ 4,30 para R\$ 4,60 em 02 de abril de 2019, uma vez que fluxo de passageiros pagantes apresentou queda nos períodos analisados.

O EBITDA AJUSTADO FOI DE R\$ 115,2 NO 6M19 E R\$ 59,5 MILHÕES NO 2T19

- Custos e Despesas ficaram maiores nos períodos analisados, principalmente em razão de reajuste contratual de energia elétrica, manutenções corretiva e preventiva, maiores despesas com pessoal e provisões, impactando no EBITDA.

O RESULTADO LÍQUIDO FOI DE PREJUÍZO DE R\$ 13,3 MILHÕES NO 6M19 E DE R\$ 12,0 MILHÕES NO 2T19

- A variação em relação a 2018 ocorreu, principalmente, pela ativação no balanço da Companhia de investimentos realizados em períodos anteriores, com contabilização de depreciação e amortização retroativa.

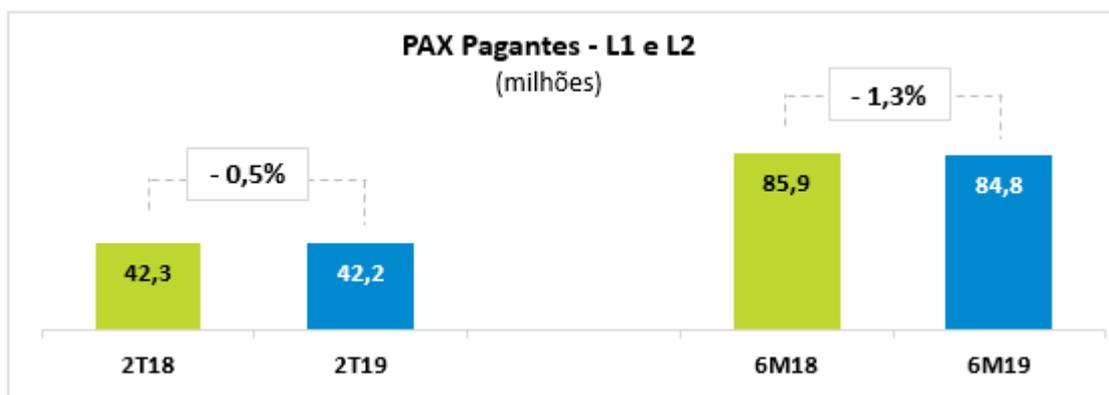
Indicadores Selecionados (Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
PAX Pagantes - L1 e L2	42,2	42,3	-0,5%	84,8	85,9	-1,3%
Receita Líquida (R\$)	200,6	185,7	8,0%	387,7	375,9	3,1%
EBITDA(R\$)	59,5	60,6	-2,0%	115,2	126,9	-9,2%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	(12,0)	2,6	-561,5%	(13,3)	9,5	250,8%

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019. A Concessionária Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 2T19 e do acumulado no 6M19. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2018, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

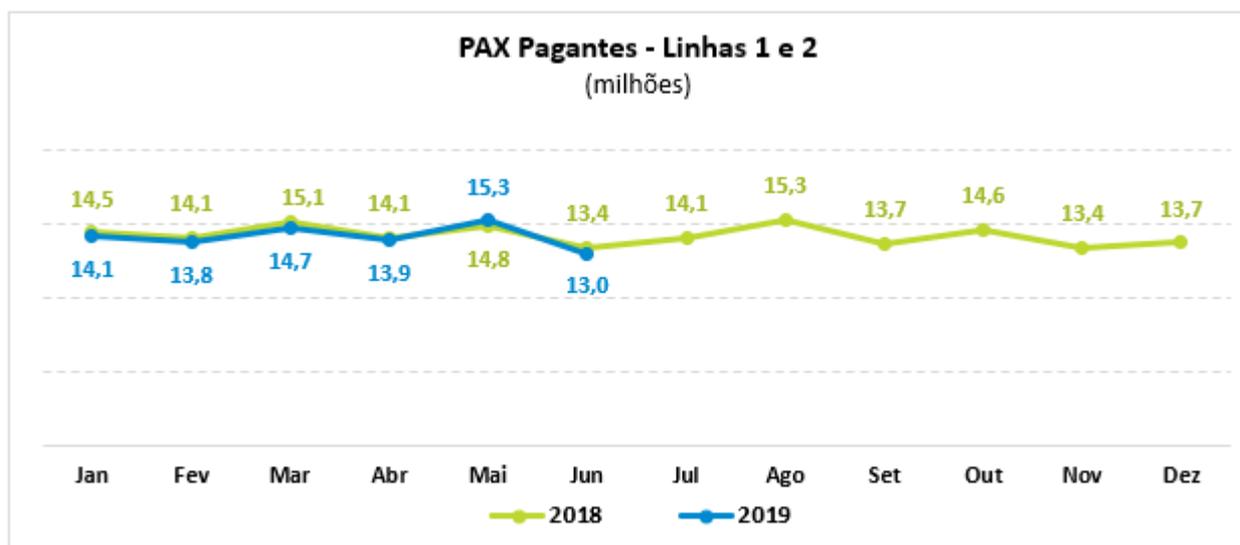
DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
MetrôRio – PAX Pagantes - L1 e L2	42,2	42,3	-0,5%	84,8	85,9	-1,3%
MetrôRio – PAX Transportados - L1, L2 e L4	62,2	60,3	3,2%	123,2	120,9	1,9%

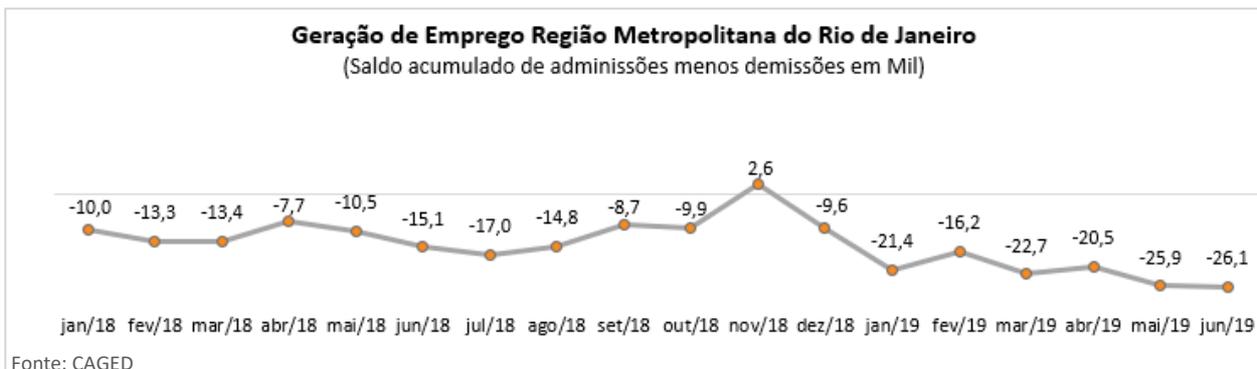
No 2T19, o MetrôRio registrou 42,2 milhões de passageiros pagantes, queda de 0,5% comparado ao 2T18. No acumulado do ano, foram registrados 84,8 milhões de passageiros pagantes frente a 85,9 milhões no mesmo período do ano anterior, representando uma queda de 1,3%.



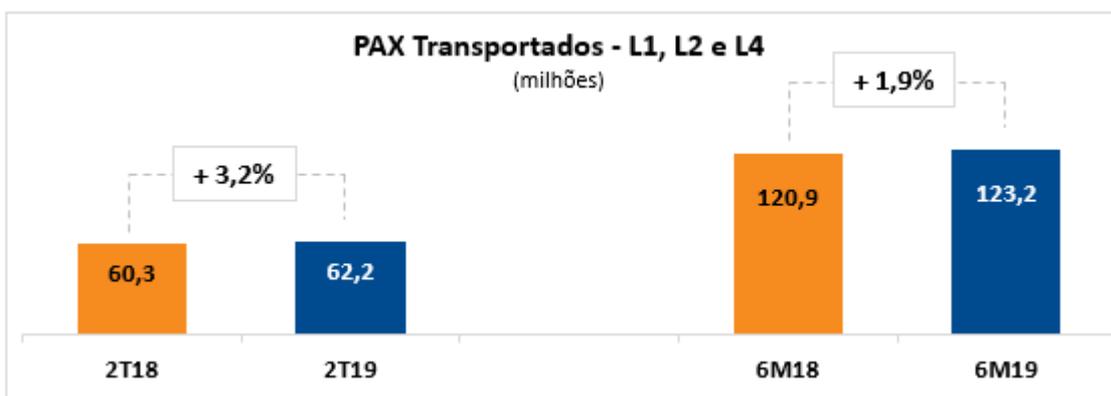
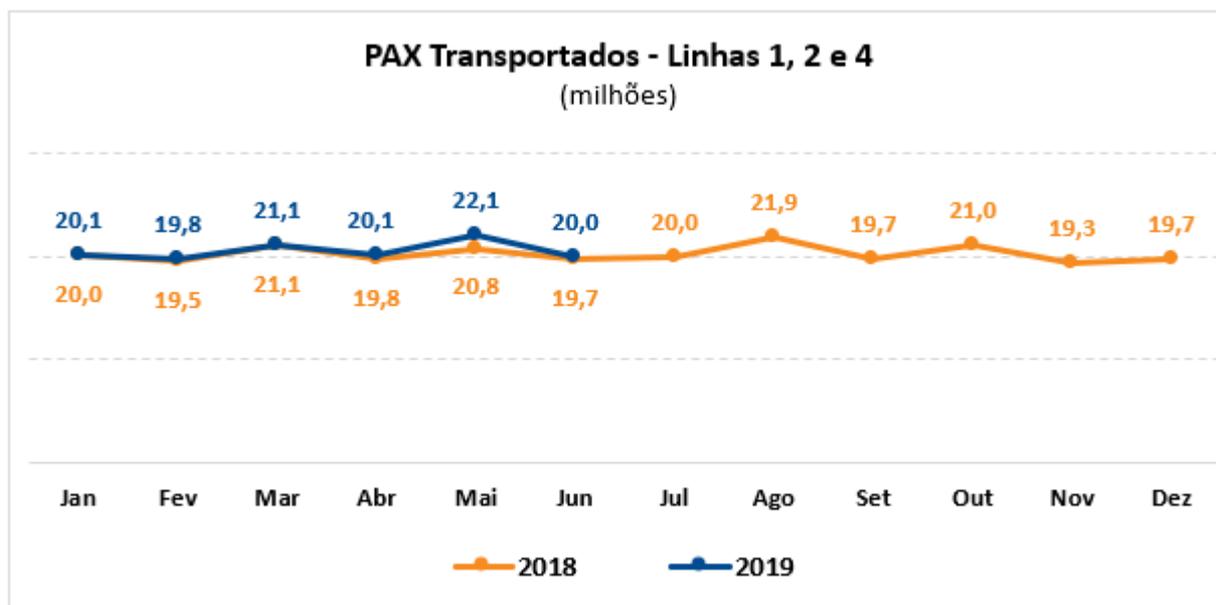
O mês de maio de 2019 foi positivamente impactado por manifestações, jogos de futebol, shows, feiras e outros eventos que geraram uma demanda adicional de cerca de 132 mil passageiros, a maior parte concentrada nas estações Carioca e Cinelândia. Cabe lembrar que no ano anterior, maio de 2018, houve impacto negativo da falta de abastecimento nos postos de combustível (consequência da greve dos caminhoneiros), reduzindo a frota de ônibus e BRT, que são o principal meio de integração com o metrô.



As Linhas 1 e 2 do metrô conectam o fluxo de trabalhadores da região norte à região central e zona sul do Rio de Janeiro. A fraca geração de empregos, especialmente no 1º semestre de 2019, como pode ser verificado abaixo, impacta negativamente na demanda de passageiros no MetrôRio, explicando a piora no resultado.



Nos seis primeiros meses do ano, o total de passageiros transportados (pagantes e não pagantes) pelas Linhas 1, 2 e 4 foi de 123,2 milhões, alta de 1,9% devido bom desempenho na Linha 4, operação iniciada no 3T16. A interdição da Avenida Niemeyer, em vigor desde 31 de maio, também contribuiu para o aumento do fluxo de passageiros na Linha 4.

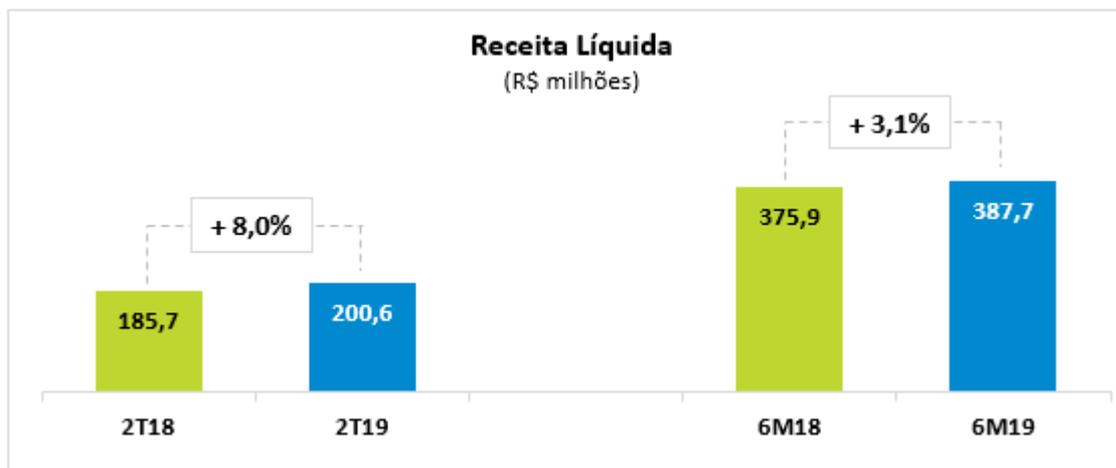


DESEMPENHO FINANCEIRO

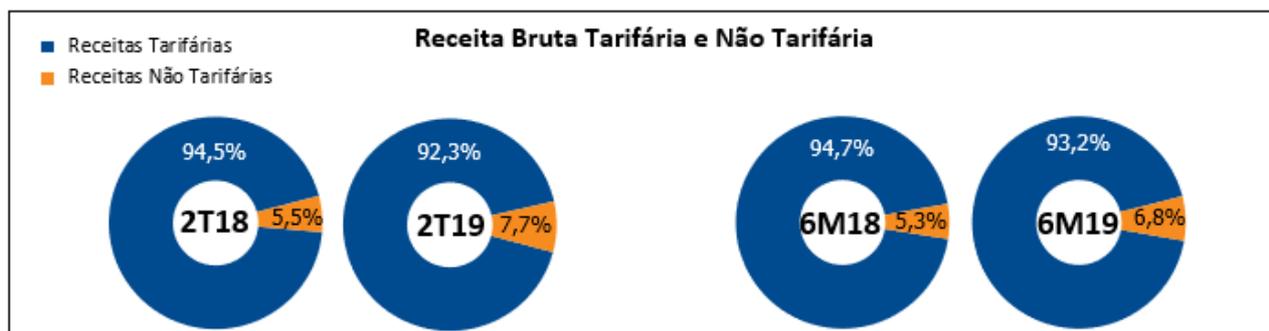
RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Receitas Tarifárias	191,0	180,7	5,7%	372,8	366,6	1,7%
Receitas Não Tarifárias	16,0	10,6	51,4%	27,0	20,6	31,1%
Receita Bruta	207,0	191,3	8,2%	399,8	387,2	3,2%
Deduções da Receita Bruta	(6,4)	(5,6)	20,0%	(12,0)	(11,3)	7,1%
Receita Líquida	200,6	185,7	8,0%	387,7	375,9	3,1%

A Receita Líquida do 2T19 aumentou 8,0% comparada ao 2T18. No 1º semestre de 2019, o crescimento é de 3,1% em relação ao mesmo período de 2018.



O aumento da Receita Tarifária é explicado pelo reajuste contratual da tarifa, passando de R\$ 4,30 para R\$ 4,60 a partir de 2 de abril de 2019. Na Receita Não Tarifária, destaque para o crescimento da receita com serviço de *Co-location* (rede 4G nos túneis e roteadores *Wi-fi* nas estações) e de manutenção e operação da Linha 4, além da venda de casco do cartão Giro.



CUSTOS E DESPESAS

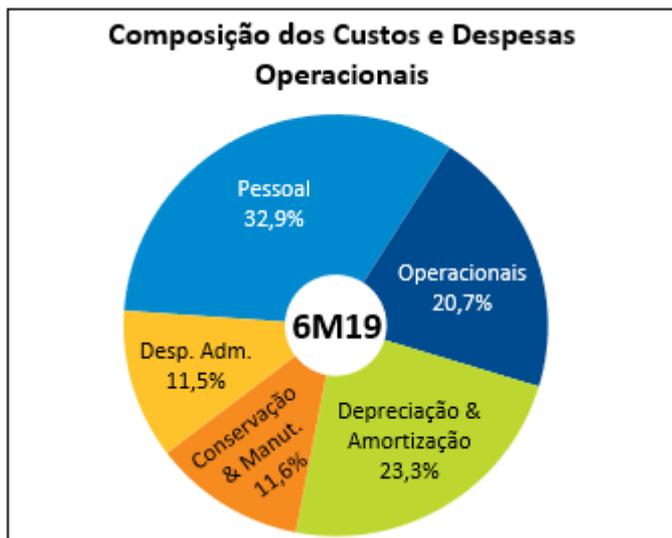
Custos e Despesas (R\$ Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Pessoal	(60,3)	(62,4)	-3,4%	(117,0)	(125,4)	-6,7%
Conservação & Manutenção	(21,6)	(20,2)	7,0%	(41,3)	(38,3)	8,1%
Operacionais	(36,0)	(33,8)	6,2%	(73,5)	(66,8)	10,2%
Despesas Administrativas	(23,2)	(8,8)	165,5%	(40,7)	(18,6)	120,0%
Depreciação & Amortização	(48,7)	(33,6)	44,9%	(83,0)	(66,9)	24,1%
Custos & Despesas Operacionais	(189,8)	(158,8)	19,5%	(355,6)	(316,0)	12,6%



A partir de 2019, os custos e despesas compartilhados com a Matriz passaram a ser contabilizados em Despesas Administrativas. Na tabela a seguir estão os custos e despesas comparáveis, ou seja, valores reconciliados por natureza contábil, e na sequência as explicações para as variações.

Custos e Despesas Comparáveis (R\$ Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Pessoal	(60,2)	(55,5)	8,3%	(117,0)	(111,4)	5,0%
Conservação & Manutenção	(21,6)	(18,1)	18,8%	(41,3)	(33,8)	22,2%
Operacionais	(36,1)	(33,8)	6,5%	(73,5)	(66,8)	10,2%
Despesas Administrativas	(23,2)	(17,8)	29,8%	(40,7)	(37,0)	10,0%
Depreciação & Amortização	(48,7)	(33,6)	44,9%	(83,0)	(66,9)	24,1%
Custos & Despesas Operacionais	(189,8)	(158,8)	19,5%	(355,6)	(316,0)	12,6%

Os Custos e Despesas Operacionais aumentaram 12,6% no 6M19 em relação ao 6M18 e 19,5% no 2T19 comparado ao 2T18.



Em Pessoal, o aumento é reflexo de maiores despesas médicas e com treinamentos, além de acordo coletivo firmado. Em Conservação & Manutenção, houve maiores gastos com materiais para manutenção preventiva e corretiva de material rodante, para infraestrutura e sistemas, além do serviço de intervenção em equipamento na subestação primária de Botafogo. Em despesas Operacionais, a principal explicação para a variação é o aumento de cerca de R\$ 6 milhões em energia elétrica, após reajustes de 8,89% no serviço de fornecimento das Linhas 1 e 2 e de 7,61% na Linha 4, além de reajuste de 8,62% na transmissão para as Linhas 1, 2 e 4. Na inha de

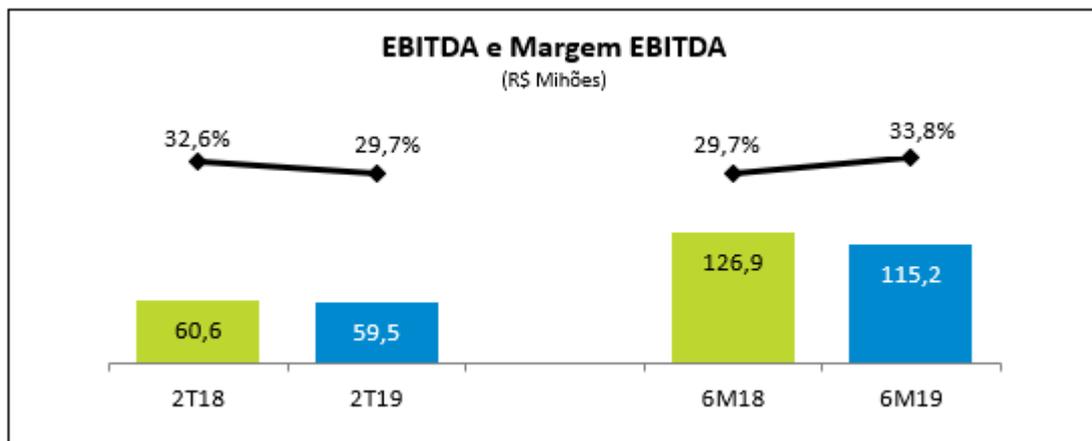
Despesas Administrativas, houve maior provisão com contencioso tributário e despesas indedutíveis. Depreciação e amortização apresentaram crescimento devido à ativação no balanço da Companhia de investimentos realizados em períodos anteriores, com contabilização de depreciação e amortização retroativa.



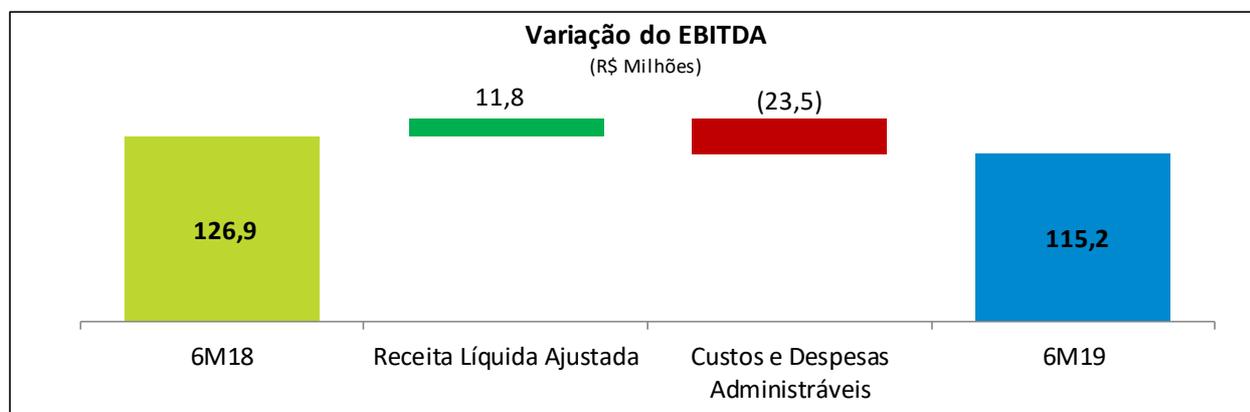


EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Lucro (Prejuízo) do período	(12,0)	2,6	-561,5%	(13,3)	9,5	-238,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	28,1	21,0	33,3%	53,4	49,0	9,2%
(+) IRPJ & CSLL	(5,3)	3,3	-257,6%	(8,0)	1,4	-671,4%
(+) Depreciação & Amortização	48,7	33,6	44,9%	83,0	66,9	24,1%
EBITDA Instrução CVM Nº527/12	59,5	60,6	-1,8%	115,2	126,9	-9,2%
Receita Líquida	200,6	185,7	8,0%	387,7	375,9	3,1%
Margem EBITDA (%)	29,7%	32,6%	-2,9 p.p.	29,7%	33,8%	-4,1 p.p.



O EBITDA apresentou redução de 9,2% no 6M19 em relação ao 6M18 e de 1,8% na comparação entre o 2T19 e o 2T18. Esta redução ocorreu pelo aumento dos Custos e Despesas nos mesmos períodos analisados.



RESULTADO FINANCEIRO

Inflação, Câmbio e Juros	6M19	6M18	▲
Dólar Final do Período (R\$)	3,83	3,85	-0,5%
CDI Final do Período	6,40%	6,39%	0,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	6,32%	7,35%	-1,0 pp
TR Final do Período	0,00%	0,00%	0,0 pp
TR Acumulado	0,00%	0,00%	0,0 pp
TJLP Final do Período	6,26%	6,60%	-0,3 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,71%	6,84%	-0,1 pp

<https://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

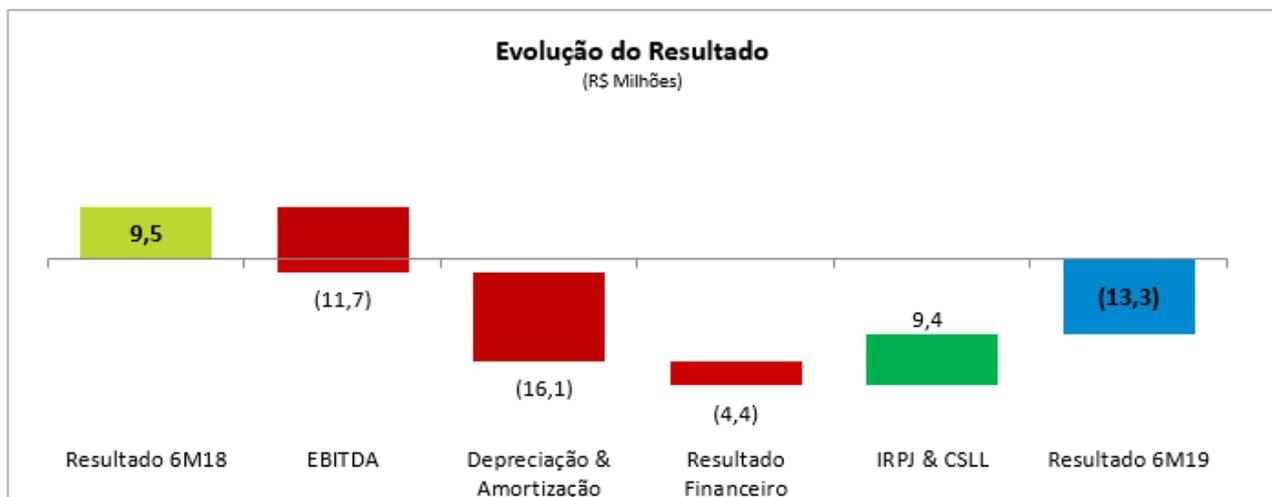
Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Resultado Financeiro Líquido	(28,1)	(21,0)	40,0%	(53,4)	(49,0)	9,0%
Receitas Financeiras	5,2	11,7	-56,4%	11,4	20,5	-44,1%
Juros	2,9	10,2	-71,6%	7,9	13,8	-42,3%
Variação monetária e cambial	2,2	1,5	46,7%	3,5	6,7	-47,8%
Despesas Financeiras	(33,2)	(32,7)	1,8%	(64,8)	(69,5)	-6,6%
Juros	(18,6)	(33,3)	-44,3%	(48,5)	(56,3)	-13,9%
Operações de Hedge	-	-	n.m.	-	(3,3)	n.m.
Variação monetária e cambial	(2,9)	2,7	-203,7%	(4,1)	(6,5)	-37,5%
Outros	(11,8)	(2,1)	457,1%	(12,3)	(3,4)	269,7%

O Resultado Financeiro Líquido do MetrôRio reduziu 40,0% no 2T19 comparado ao 2T18 e 9,0% no 6M19 em relação ao 6M18, principalmente em função de menor Receita Financeira com aplicações, reflexo da menor posição de caixa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(12,0)	2,6	-561,5%	(13,3)	9,5	-238,9%

O MetrôRio apurou Prejuízo Líquido de R\$ 12,0 milhões no 2T19 e de R\$ 13,3 milhões no 6M19. A variação em relação a 2018 ocorreu, principalmente, pela ativação de investimentos em andamento no balanço da Companhia, com contabilização de depreciação e amortização retroativa. A redução do EBITDA e do Resultado Financeiro Líquido também impactaram neste resultado.



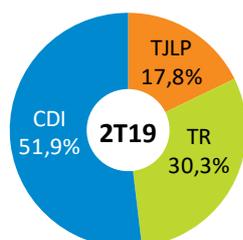


DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

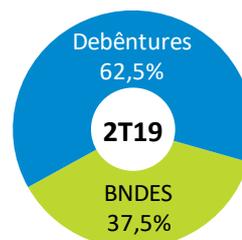
Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	6M19	6M18	▲
Dívida Bruta	(1.058,0)	(1.117,3)	-5,3%
Curto Prazo	(120,6)	(73,9)	63,3%
Empréstimos e Financiamentos	(47,3)	(47,6)	-0,6%
Debêntures	(73,2)	(26,3)	179,4%
Longo Prazo	(937,4)	(1.043,4)	-10,2%
Empréstimos e Financiamentos	(349,1)	(395,5)	-11,7%
Debêntures	(588,3)	(647,9)	-9,2%
Disponibilidades	188,1	254,5	-26,1%
Caixa e equivalentes de caixa	125,0	194,8	-35,8%
Aplicações Financeiras	63,1	59,7	5,7%
Dívida Líquida	(869,8)	(862,8)	0,8%

A Dívida Líquida aumentou 0,8% no 6M19 comparado ao 6M18, principalmente pela menor posição de caixa, após resgate de rendimento de aplicação em fundo cambial.

Composição da Dívida Bruta por Indexador



Composição da Dívida Bruta por Credor



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

R\$ Milhões	6M19	6M18	▲
Adição ao Imobilizado	5.472	1.746	213,4%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	9	109	-91,7%
Investimentos na Concessão	52.907	34.169	54,8%
(-) Transações não Caixa	(2.410)	(1.862)	29,4%
Total Investido	55.978	34.162	63,9%

No 1º semestre do ano foram investidos R\$ 56,0 milhões, com destaque para os projetos de renovação de trilhos e AMV's, recuperação de máquinas rotativas, obras de artes especiais – viadutos na Linha 2, material de unidade rotativa para os trens CRC e revitalização de material rodante, com foco na recuperação de truques.

SOBRE A COMPANHIA

METRÔRIO

Inaugurado em março de 1979, o metrô do Rio de Janeiro começou transportando meio milhão de pessoas, em uma média diária de 60 mil usuários. Em 1998, a empresa MetrôRio assumiu a administração e a operação das Linhas do metrô carioca e em dezembro de 2009 passou a fazer parte do Grupo Invepar.

A concessionária MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema de metrô da cidade do Rio de Janeiro-RJ que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 quilômetros de trilhos.



Metrô na Superfície

O Metrô na Superfície é uma extensão do metrô, realizada através de duas Linhas de ônibus especiais, operadas e padronizadas pelo MetrôRio, que conecta as estações Botafogo e Antero de Quental aos bairros Humaitá, Jardim Botânico e Leblon.

Operações da Linha 4

O MetrôRio presta os serviços de operação, manutenção do material rodante, sistema e infraestrutura para a Linha 4. Com 12 km de extensão e 5 estações, a Linha 4 faz a conexão da Zona Oeste a Zona Sul do Rio de Janeiro.

Sobre a Invepar

A Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 20 anos, o maior comparado às demais empresas do setor no Brasil. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.

DEPARTAMENTO DE RI

Diretor de Relações com Investidores

Charles de Sirový

Equipe de Relações com Investidores

Nilton Pimentel

Lívia Bragança

Aline Campos

Rafael Rondinelli



DRI@metrorio.com.br



+55 21 2211 1300

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Receita Bruta	207,0	191,3	8,2%	399,8	387,2	3,2%
Receitas com Pedágio	191,0	180,7	5,7%	372,8	366,6	1,7%
Receitas Acessórias	16,0	10,6	51,4%	27,0	20,6	31,1%
Deduções da Receita Bruta	(6,4)	(5,6)	16,4%	(12,0)	(11,3)	7,1%
Receita Líquida	200,6	185,7	8,0%	387,7	375,9	3,1%
Custos & Despesas	(189,8)	(158,8)	19,5%	(355,6)	(316,0)	12,5%
Pessoal	(60,3)	(62,4)	-3,4%	(117,0)	(125,4)	-6,8%
Conservação & Manutenção	(21,6)	(20,2)	7,0%	(41,3)	(38,3)	8,1%
Operacionais	(36,0)	(33,8)	6,2%	(73,5)	(66,8)	10,2%
Despesas Administrativas	(23,2)	(8,8)	165,5%	(40,7)	(18,6)	120,0%
Depreciação & Amortização	(48,7)	(33,6)	44,9%	(83,0)	(66,9)	24,1%
RESULTADO OPERACIONAL	10,8	26,9	-60,2%	32,2	60,0	-46,4%
Resultado Financeiro Líquido	(28,0)	(21,0)	33,3%	(53,5)	(49,0)	9,0%
Receitas Financeiras	5,2	11,7	-55,2%	11,4	20,5	-44,6%
Juros sobre aplicações financeiras	2,9	10,2	-72,3%	7,9	13,8	-43,1%
Variação monetária ativa	0,7	0,1	n.m	1,9	0,5	350,0%
Variações cambiais ativas	1,5	1,4	0,0%	1,6	6,3	-74,2%
Despesas Financeiras	(33,2)	(32,7)	1,8%	(64,8)	(69,5)	-6,6%
Comissões e despesas bancárias	(0,2)	(0,5)	-60,0%	(0,6)	(1,2)	-58,3%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8,1)	(7,5)	8,0%	(17,7)	(20,1)	-11,9%
Operações de Hedge	-	-	n.m	-	(3,3)	n.m
Variação monetária passiva	(2,1)	4,1	-148,8%	(2,7)	(2,2)	22,7%
Variações cambiais passivas	(0,8)	(1,4)	-46,2%	(1,3)	(4,2)	-69,0%
Juros sobre debêntures	(10,4)	(18,1)	-42,5%	(30,8)	(26,0)	18,5%
Juros com partes relacionadas	-	(7,6)	n.m	-	(10,2)	n.m
Outros	(11,5)	(1,6)	618,8%	(11,7)	(2,1)	452,4%
RESULTADO ANTES DE IR & CSL	(17,3)	5,9	-393,2%	(21,3)	11,0	-295,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	1,0	-	n.m	1,4	3,6	-60,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	4,2	(3,3)	-227,3%	6,6	(5,0)	-232,0%
IR & CSL	5,3	(3,3)	-257,6%	8,0	(1,4)	-671,4%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(12,0)	2,6	-557,7%	(13,3)	9,5	-238,9%


BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (em R\$ Milhões)	6M19	2018
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	125,0	179,6
Aplicações financeiras	59,5	56,7
Créditos a receber	34,2	31,2
Estoques	64,0	53,9
Impostos a recuperar	13,4	7,6
Adiantamentos	13,6	13,8
Partes relacionadas	0,5	0,5
Outros	0,6	0,5
Total do Circulante	310,8	343,8
Ativo não Circulante		
Aplicações financeiras	3,6	3,6
Partes relacionadas	10,5	10,5
Créditos a receber	12,9	11,7
Impostos a recuperar	5,9	5,7
Impostos diferidos ativos	40,5	33,9
Depósitos judiciais	54,7	52,1
Imobilizado	51,5	51,5
Intangível	2.109,9	2.153,4
Total do Não Circulante	2.289,2	2.322,3
TOTAL DO ATIVO	2.600,1	2.666,1

Passivo (em R\$ Milhões)	6M19	2018
Passivo Circulante		
Fornecedores	35,7	53,5
Empréstimos e financiamentos	47,3	47,8
Debêntures	73,2	54,8
Impostos a recolher	2,7	5,8
Obrigações com empregados e administradores	42,9	33,6
Concessão de serviço público	2,1	2,2
Adiantamentos de clientes	33,9	26,5
Dividendos e JSCP	2,6	2,6
Partes relacionadas	42,4	38,6
Outros	-	0,3
Total do Circulante	282,9	265,5
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	349,1	372,6
Debêntures	588,3	640,0
Impostos a recolher	0,2	0,2
Concessão de serviço público	8,7	8,5
Prov. obrigações legais vinculadas a processos judiciais	28,8	24,2
Receita diferida	0,8	0,8
Outros	2,2	1,9
Total do Não Circulante	978,1	1.048,2
TOTAL DO PASSIVO	1.261,0	1.313,7
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.344,2	1.344,2
Resultado acumulado exercícios anteriores	7,7	7,7
Resultado do exercício	(13,3)	-
Reserva de lucros	0,5	0,5
Total do Patrimônio Líquido	1.339,1	1.352,4
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.600,1	2.666,1

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE E SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, ocorreu a incorporação da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. por Megapar Participações S/A, que assumiu a denominação social da Companhia que passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios

até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

Os direitos emergentes do Contrato de Concessão são classificados como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o MetrôRio, Metrôbarra S.A. (“Metrôbarra”), Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde a Companhia fica incumbida de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão atualmente de 12,7 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Em 11 de fevereiro de 2019 a agência S&P Global Ratings revisou os ratings da INVEPAR, passando de ‘B’ para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘brA-’ para ‘brBB-’ na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings das 3ª e 4ª emissões de debêntures da INVEPAR de ‘brA-’ para ‘brBB-’. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para o MetroBarra, que teve seu rating de Emissora rebaixado de ‘brA-’ para ‘brBB-’, respectivamente, em Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures METROBARRA, nos termos dos documentos da operação, será necessário convocar AGD para que os debenturistas votem pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures (“Waiver”). A Administração do METROBARRA iniciou as tratativas pertinentes junto ao único debenturista e respectivo agente fiduciário no sentido de convocar uma AGD e deliberar sobre o pedido. Neste caso, por se tratar de somente um único credor, a Administração da INVEPAR e do METROBARRA estão envidando esforços de contato e definição anterior a AGD para lograr êxito na mesma, obtendo o referido Waiver.

Caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo do METROBARRA não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vincenda na data da declaração do vencimento antecipado, o que pode gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuidade operacional.

No cenário, em que haja o vencimento das debêntures do METROBARRA, e a dívida não seja quitada pela Companhia, a fiança da INVEPAR poderá ser chamada, e caso não honrada, poderá acionar cláusula de vencimento antecipado nas seguintes dívidas do Grupo Invepar: (i) Debêntures da INVEPAR; (ii) Empréstimo da Linha Amarela S.A.- LAMSA; (iii) Fianças da Concessionária BR-040 S.A. - VIA040; e (iv) Debêntures da Concessionária ViaRio S.A..

Caso o empréstimo da LAMSA seja vencido antecipadamente, o Debenturista da 2ª emissão de Debêntures da LAMSA, poderá chamar AGD para deliberação ou não do vencimento antecipado da mesma, conforme escritura da 2ª Emissão de Debêntures da LAMSA. Havendo a declaração de vencimento antecipado da 2ª Emissão de debêntures da LAMSA, deverá ser convocado AGD para deliberação ou não do vencimento antecipada da 8ª Emissão de Debêntures do METRORIO.

A Administração da Companhia em conjunto com a Administração do METROBARRA, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, não possuem indicações acerca do insucesso destas ações nem de, no caso de insucesso, o debenturista exercer o direito de decretar o vencimento antecipado da dívida, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 12 de agosto de 2019, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de

dezembro de 2018”), publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 29 de março de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, das seguintes normas:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

- IFRIC 23/ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento do Tributo sobre o Lucro. Essa norma esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 - Tributos sobre o lucro.

Não houve impacto da aplicação dessas normas nas informações contábeis intermediárias

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	20.398	21.809
Aplicações financeiras (a)	15.382	10.684
Fundo Mover	89.249	147.634
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>125.029</u>	<u>180.127</u>

- (a) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média 98,80% do CDI (98,81% do CDI em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 30 de Junho de 2019, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRORIO, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar de o vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento. A rentabilidade do fundo é equivalente a 98,80% do CDI (99,05% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Indexador	30/06/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras				
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR	52.824	52.861
Certificados de Depósito Bancário - CDB	95%	DI	6.696	3.876
Total circulante			<u>59.520</u>	<u>56.737</u>
Aplicações financeiras vinculadas	98,80%	DI		
Certificados de Depósito Bancário - CDB			3.580	3.566
Total não circulante (b)			<u>3.580</u>	<u>3.566</u>
Aplicações financeiras			<u>63.100</u>	<u>60.303</u>

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$3.580 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão. De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 30 de junho de 2019, a Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$26.294.

5. CONTAS A RECEBER

	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
Vendas de passagens (a)	5.582	2.993
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	12.213	11.088
CCEE (e)	20.381	21.351
Outros	336	230
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(4.289)	(4.436)
Total circulante	34.223	31.226
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	15.476	14.324
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.695)	(5.694)
Outros (a)	3.069	3.069
Valores a receber - ET-Pós		
Recebíveis do GERJ (d)	23.899	23.765
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(23.899)	(23.765)
Total não circulante	12.850	11.699
Total do contas a receber	47.073	42.925

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas;
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET- Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão.
- (e) Valores a receber referentes a energia de tração não consumida, disponibilizada para o mercado através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias*
30 de junho de 2019	57.057	(9.984)	15.554	20.733	113	2.590	1.213	312	147	16.395
31 de dezembro de 2018	53.055	(10.130)	6.625	23.842	5.966	4.044	519	38	2.259	9.761

* Demonstrado eliminando o impacto dos montantes de valores a receber referentes aos processos ET-Pós demonstrados na nota 5(d).

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

6. ESTOQUES

	30/06/2019	31/12/2018
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	63.282	53.206
Importação em andamento	731	731
Total	<u>64.013</u>	<u>53.937</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	30/06/2019	31/12/2018
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social (a)	3.064	3.255
Saldo negativo de Imposto de renda e Contribuição social (b)	3.394	-
PIS e COFINS	4.801	4.172
Créditos Tributários - Processos judiciais (c)	2.008	-
Outros	164	142
Circulante	13.431	7.569
Saldo negativo de Imposto de renda e Contribuição social (b)	5.866	5.709
Não circulante	5.866	5.709

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras

(b) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores

(c) Processo 0024312-17.2013.4.02.5101(transitado em julgado) – Inexigibilidade da inclusão do ICMS, PIS e COFINS importação na base de cálculo do PIS e COFINS importação e Processo 0026600-74.2009.4.02.5101 – Direito de deduzir as despesas decorrente do programa de alimentação do trabalhador (PAT) da base de cálculo do lucro tributável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	30/06/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal	2.324	-
Base negativa da contribuição social	837	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	11.520	11.524
Ajuste de redução ao valor recuperável	4.588	4.588
Participação nos lucros e resultado (PLR)	6.450	4.478
Provisão para riscos processuais	9.795	8.234
Provisões não dedutíveis	6.967	7.056
Amortização do ágio abr a nov/09	4.873	5.003
Outros diferidos ativos	2.603	2.673
Total do ativo fiscal diferido	49.957	43.556
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização do direito de concessão	(5.365)	(5.509)
Custo de captação	(71)	(83)
Outros diferidos passivos	(2.402)	(2.448)
Total do passivo fiscal diferido	(9.498)	(9.700)
Total	40.459	33.856

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

<u>Anos</u>	<u>30/06/2019</u>
2022	2.475
2023	14.964
2024 a 2026	32.518
Total dos ativos fiscais diferidos	49.957
Total dos impostos diferidos	49.957

c) Tributos a recolher

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS e COFINS	487	3.429
ISS	1.374	1.323
IRRF e CSRF	199	318
Taxa Agetransp	370	286
INSS sobre terceiros	280	419
Circulante	2.710	5.775
PIS e COFINS	187	187
Não circulante	187	187

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>01/01/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/04/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/04/2018 a 30/06/2018</u>
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(21.267)	10.956	(17.297)	5.924
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	7.231	(3.725)	5.881	(2.014)
Adições permanentes	(628)	(1.365)	(604)	(1.300)
Diferenças temporárias	(6.603)	(5.090)	(4.219)	(3.314)
Constituição de Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	6.603	5.090	4.219	3.314
Recuperação de créditos (*)	1.406	3.683	-	-
Outros	-	-	(24)	-
Total dos impostos no resultado	8.009	(1.407)	5.253	(3.314)
Imposto de renda e Contribuição social correntes	-	-	1.034	-
Recuperação de créditos	1.406	3.683	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	1.406	3.683	1.034	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	6.603	(5.090)	4.219	(3.314)
Total dos impostos no resultado	8.009	(1.407)	5.253	(3.314)

(*) Em 30 de junho de 2019, o saldo de recuperação de créditos refere-se ao processo judicial de dedução do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) da base de cálculo do lucro tributável. Em 30 de junho de 2018, o saldo refere-se ao pedido de restituição de pagamento indevido e/ou a maior de IRPJ e CSLL.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

30/06/2019								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado jun/19	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa	
GRU AIRPORT	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	457	-	-	-	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	Coligada	-	-	12.848	88.862	-	(4.878)
LAMSA	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	-	33	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	-	-	37.538	-	-	(23.299)
INVEPAR	AVAL (c)	Controladora	-	-	4.820	-	-	(9.591)
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	-	2.557	-	-	-
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	10.357	-	-	-	-
Total			457	10.457	57.796	88.862		(37.768)

31/12/2018								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado jun/18	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa	
GRU AIRPORT	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	457	-	-	-	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	Coligada	-	-	12.848	95.286	-	(5.220)
LAMSA	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	-	33	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	-	-	38.575	-	-	(31.344)
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	-	2.557	-	-	-
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	-	10.357	-	-	-	-
			457	10.457	54.013	95.286		(36.564)

- (a) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (b) Debêntures: Conforme descrito na nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). O prazo de vencimento das Debêntures

será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

- (c) Garantias firmadas entre a Companhia e a Invepar (aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

<u>Composição</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pró-labore	1.336	3.107
Bônus	1.084	3.837
Benefício pós emprego	-	789
Encargos	194	199
Outros benefícios	318	322
Total	2.932	8.254

Em 29 de abril de 2019 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$8.828.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/2019
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,6	65.720	2.213	(105)	(3.482)	64.346
Móveis e utensílios	10	15.569	291	(153)	52	15.759
Veículos	20	1.010	-	-	-	1.010
Equipamentos de informática	20	17.722	2.512	(155)	4.243	24.322
Outros		-	456	-	-	456
		100.021	5.472	(413)	813	105.893
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(29.798)	(4.015)	103	150	(33.560)
Móveis e utensílios		(7.060)	(765)	122	-	(7.703)
Veículos		(1.010)	-	-	-	(1.010)
Equipamentos de informática		(10.661)	(1.622)	151	-	(12.132)
		(48.529)	(6.402)	376	150	(54.405)
Imobilizado líquido		51.492	(930)	(37)	963	51.488

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências *	31/12/2018
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,6	52.734	7.538	(1.306)	6.754	65.720
Móveis e utensílios	10	8.780	1.218	(31)	5.602	15.569
Veículos	20	1.823	-	(813)	-	1.010
Equipamentos de informática	20	17.680	1.459	(9)	(1.408)	17.722
		<u>81.017</u>	<u>10.215</u>	<u>(2.159)</u>	<u>10.948</u>	<u>100.021</u>
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(25.327)	(8.117)	1.010	2.636	(29.798)
Móveis e utensílios		(7.086)	(1.534)	27	1.533	(7.060)
Veículos		(1.139)	(15)	813	(669)	(1.010)
Equipamentos de informática		(9.631)	(3.063)	247	1.786	(10.661)
		<u>(43.183)</u>	<u>(12.729)</u>	<u>2.097</u>	<u>5.286</u>	<u>(48.529)</u>
Imobilizado líquido		<u><u>37.834</u></u>	<u><u>(2.514)</u></u>	<u><u>(62)</u></u>	<u><u>16.234</u></u>	<u><u>51.492</u></u>

(*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2019.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/2019
Custo						
Software	20%	24.210	9	(3)	8.816	33.032
Direito de concessão (a)	(*)	1.559.340	-	(1)	94.379	1.653.718
Investimento na concessão (b)	(*)	1.774.802	34.064	-	(104.006)	1.704.861
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.358.366</u>	<u>34.073</u>	<u>(4)</u>	<u>(811)</u>	<u>3.391.624</u>
Amortização acumulada						
Software		(18.312)	(1.263)	3	-	(19.572)
Direito de concessão		(607.468)	(38.797)	-	-	(646.265)
Investimento na concessão		(579.213)	(36.561)	3	(152)	(615.923)
		<u>(1.204.993)</u>	<u>(76.621)</u>	<u>6</u>	<u>(152)</u>	<u>(1.281.760)</u>
Intangível líquido		<u><u>2.153.373</u></u>	<u><u>(42.548)</u></u>	<u><u>2</u></u>	<u><u>(963)</u></u>	<u><u>2.109.864</u></u>

	Taxas anuais de amortização %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Custo						
Software	20%	16.651	785	-	6.774	24.210
Direito de concessão (a)	(*)	1.326.979	-	(11)	232.372	1.559.340
Investimento na concessão (b)	(*)	1.955.199	96.484	(25.807)	(251.075)	1.774.803
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.298.843</u>	<u>97.269</u>	<u>(25.818)</u>	<u>(11.929)</u>	<u>3.358.367</u>
Amortização acumulada						
Software		(14.940)	(3.107)	-	(265)	(18.312)
Direito de concessão		(568.260)	(60.509)	3	21.298	(607.468)
Investimento na concessão		(493.796)	(60.088)	9	(25.338)	(579.213)
		<u>(1.076.996)</u>	<u>(123.704)</u>	<u>12</u>	<u>(4.305)</u>	<u>(1.204.993)</u>
Intangível líquido		<u>2.221.847</u>	<u>(26.435)</u>	<u>(25.806)</u>	<u>(16.234)</u>	<u>2.153.373</u>

(*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

a) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar findou o primeiro período de concessão em 27 de janeiro de 2018. Conforme detalhado na nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

d) Redução do valor recuperável de ativos - De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2019.

11. FORNECEDORES

	30/06/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	34.660	51.924
Fornecedores internacionais	1.005	1.608
Total	35.665	53.532

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	30/06/2019			31/12/2018
					Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	1,73%	23.478	100.304	123.782	135.001
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	1,73%	13.521	56.663	70.185	76.649
Financiamento Importação								
Caixa Econômica Fed.	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	10.432	218.505	228.937	234.499
Subtotal					47.431	375.472	422.903	446.149
Custo de captação					(90)	(125)	(215)	(258)
Aplicação financeira vinculada*					-	(26.294)	(26.294)	(25.569)
Total					47.341	349.053	396.394	420.322
Debêntures								
Debêntures - LAMS ^A	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	12.848	88.862	101.710	108.134
DEBENTURISTAS 1	DI	3,10%	12/09/2021	9,69%	61.196	504.167	565.363	592.374
Subtotal					74.044	593.029	667.073	700.508
Custo de captação					(814)	(4.686)	(5.500)	(5.719)
Total					73.230	588.342	661.573	694.789
Total geral					120.571	937.395	1.057.966	1.115.109

(*) Dos quais R\$8.562 (R\$8.356 em 31 de dezembro de 2018), referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e R\$17.732 (R\$17.213 em 31 de dezembro de 2018), refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à própria Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais com indexador médio de 100.8% do CDI.

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

31/12/2018	Adições			Amortização			30/06/2019	
	Captação	Juros	Variação monetária	Principal	Juros*	Transferência		
Passivo circulante								
<u>Empréstimos</u>								
BNDES III								
Subcrédito "A"	23.465	-	4.842	402	(11.561)	(4.901)	11.231	23.478
Subcrédito "C"	13.480	-	2.748	226	(6.659)	(2.781)	6.507	13.521
Caixa Econômica Federal	10.878	-	5.647	-	(4.843)	(6.364)	5.114	10.432
<u>Debêntures</u>								
Debênture - LAMSA	12.848	-	4.878	-	(6.425)	(4.878)	6.425	12.848
Debênture 1	42.374	-	25.900	-	-	(52.911)	45.833	61.196
Custos de captação	(512)	-	-	-	263	-	(655)	(904)
Subtotal	102.533	-	44.015	628	(29.225)	(71.835)	74.455	120.571
Passivo não circulante								
<u>Empréstimos</u>								
BNDES III								
Subcrédito "A"	111.535	-	-	-	-	-	(11.231)	100.304
Subcrédito "C"	63.170	-	-	-	-	-	(6.507)	56.663
Caixa Econômica Federal	223.619	-	-	-	-	-	(5.114)	218.505
<u>Debêntures</u>								
Debênture - LAMSA	95.287	-	-	-	-	-	(6.425)	88.862
Debênture 1	550.000	-	-	-	-	-	(45.833)	504.167
Custos de captação	(5.466)	-	-	-	-	-	655	(4.811)
Subtotal	1.038.145	-	-	-	655	-	(75.110)	963.690
Total geral (**)	1.140.678	-	44.015	628	(28.570)	(71.835)	(655)	1.084.261

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(**) Valores brutos das aplicações financeiras, conforme nota explicativa 4.

31/12/2017	Adições			Amortização			Transferência	31/12/2018	
	Captação	Juros	Variação monetária	Principal	Juros*	Custo de captação			
Passivo circulante									
<u>Empréstimos</u>									
BNDES III									
Subcrédito "A"	23.434	-	11.013	158	(22.993)	(11.142)	-	22.995	23.465
Subcrédito "C"	13.461	-	6.260	93	(13.244)	(6.334)	-	13.244	13.480
Banco do Brasil	18.000	-	-	-	(18.000)	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	10.373	-	18.584	1	(10.828)	(17.072)	-	9.820	10.878
Citibank	110.929	-	925	(1.947)	(105.109)	(4.798)	-	-	-
FINEP									
Subcrédito "A"	130	-	-	-	(129)	(1)	-	-	-
Subcrédito "B"	138	-	-	-	(137)	(1)	-	-	-
<u>Debêntures</u>									
Debênture - LAMSA	13.964	-	10.400	-	(12.848)	(10.444)	-	11.776	12.848
Debênture - HSBC	180.940	-	3.487	-	(180.006)	(4.421)	-	-	-
Debênture BB	101.142	-	1.673	-	(100.000)	(2.815)	-	-	-
Debênture I	0	-	42.374	-	-	-	-	-	42.374
Custos de captação	(337)	-	-	-	667	-	-	(842)	(512)
Subtotal	472.174	-	94.716	(1.695)	(462.627)	(57.028)	-	56.993	102.533
Passivo não circulante									
<u>Empréstimos</u>									
BNDES III									
Subcrédito "A"	133.688	-	-	842	-	-	-	(22.995)	111.535
Subcrédito "C"	75.936	-	-	478	-	-	-	(13.244)	63.170
Caixa Econômica Federal	233.439	-	-	-	-	-	-	(9.820)	223.619
<u>Debêntures</u>									
Debênture - LAMSA	107.063	-	-	-	-	-	-	(11.776)	95.287
Debênture I	-	550.000	-	-	-	-	-	-	550.000
Custos de captação	(257)	(6.051)	-	-	-	-	-	842	(5.466)
Subtotal	549.869	543.949	-	1.320	-	-	-	(56.993)	1.038.145
Total geral (**)	1.022.043	543.949	94.716	(375)	(462.627)	(57.028)	-	-	1.140.678

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	30/06/2019	31/12/2018
2020	121.587	89.530
2021	243.619	184.331
2022 em diante	598.483	738.716
	963.689	1.012.577

BNDES

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto III"), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$278.395), "B" (R\$3.200) e "C" (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto I, BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto I, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e
 - c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto I quanto para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”).

Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “II” e “III”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. Em 30 de setembro de 2018 não foram capitalizados juros.

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e

Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 2 anos contados da Data de Emissão, liquidado, portanto, em 11 de março de 2018.

- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.
- Em 12 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 8ª Emissão de Debêntures, composta por 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 meses (sessenta meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 13 de março de 2023.

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF) BNDES	ICSD EBITDA/RF*	≥ 1 ≥ 2	Anual Anual

*Resultado Financeiro

Em 30 de junho de 2019, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas Invepar, CART, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

Empresa:	Rating limite:
Invepar	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de cláusulas de “*cross default*” com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo Invepar.

Vide nota explicativa 1.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	1.128	1.141
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.016	1.027
	2.144	2.168
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	8.685	8.480
	8.685	8.480
Total	10.829	10.648

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038)

Do montante de R\$2.144, R\$1.129 refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. E, R\$8.685 referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, soma R\$8.685 (R\$8.480 em 31 de dezembro de 2018). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; (iii) à modernização das operações; (iv) sistema de Supervisão de Falhas e o de Piloto Automático (Realizados até o ano de 2016); (v) Substituição dos Transformadores com Askarel (concluído em 2017).

Em 30 de junho de 2019, o valor de R\$1.016 (R\$1.027 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

	31/12/2018	Atualização do resultado	Reversão	30/06/2019
Outorga (a)	2.168	-	(24)	2.144
Circulante	2.168	-	(24)	2.144
Outorga (b)	8.480	205	-	8.685
Não Circulante	8.480	205	-	8.685
Total	10.648	205	(24)	10.829

	31/12/2017	Atualização do resultado	Reversão	31/12/2018
Outorga (a)	1.851	317	-	2.168
Circulante	1.851	317	-	2.168
Outorga (b)	40.235	2.579	(34.334)	8.480
Não Circulante	40.235	2.579	(34.334)	8.480
Total	42.086	2.896	(34.334)	10.648

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo. No exercício social de 2017 foi realizada a nona prestação de contas do contrato de concessão, e a Companhia apurou o saldo remanescente e realizou a reversão

do montante para enquadramento do saldo contábil, conforme saldo remanescente.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	5.229.910
Total	<u>6.093.927</u>

(*) Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

14. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza do risco	30/06/2019	31/12/2018
Trabalhistas	11.702	10.068
Cíveis	7.978	6.689
Tributários	8.969	7.300
Outros	160	160
Total	<u>28.809</u>	<u>24.217</u>

Movimentação das provisões

Natureza do risco	31/12/2018	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	30/06/2019
Trabalhistas	10.068	1.147	(429)	916	11.702
Cíveis	6.689	1.449	(262)	102	7.978
Tributários	7.300	1.669	-	-	8.969
Outros	160	-	-	(1)	159
Total	24.217	4.266	(691)	1.017	28.809

Natureza do risco	31/12/2017	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2018
Trabalhistas	12.857	694	(3.347)	(136)	10.068
Cíveis	6.152	1.078	(858)	316	6.689
Tributários	4.608	2.692	-	-	7.300
Outros	160	-	-	-	160
Total	23.777	4.464	(4.205)	181	24.217

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em uma ação para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSP, que segundo o autor, teria gerado um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 197.943. O autor pleiteia a procedência dos pedidos para obrigar a Companhia a realizar investimentos e/ou melhorias no sistema metroviário no valor do crédito, ou a condenação da Companhia à recomposição do desequilíbrio por meio de pagamento ao Estado do Rio de Janeiro. A Companhia avaliou como possível o prognóstico de perda. O processo em questão segue apensado à Ação Anulatória de Ato Administrativo proposta pela Companhia, que requereu a anulação da decisão proferida pela AGETRANSP, bem como a anulação de todos os seus efeitos.

Em 30 de junho de 2019, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$245.850 (R\$246.533 em 31 de dezembro de 2018).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias,

equiparação salarial, dentre outros.

Em 30 de junho de 2019, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$17.346 (R\$22.862 em 31 de dezembro de 2018).

c) Riscos tributários

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado, o montante de R\$8.969 em 30 de junho de 2019 (R\$7.300 em 31 de dezembro de 2018).

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos recursais (a)	21.486	20.249
Embargos de terceiros (b)	33.184	31.863
	<u>54.670</u>	<u>52.112</u>

a) Depósitos recursais

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía R\$21.486 em depósitos recursais (R\$20.249 em 31 de dezembro de 2018).

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 30 de junho de 2019 é de R\$53.529 (R\$52.000 em 31 de dezembro de 2018), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 30 de junho de 2019, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$33.184 (R\$31.863 em 31 de dezembro de 2018).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu o montante de R\$538 de reserva legal proveniente da destinação do lucro líquido do exercício. Em 30 de junho a Reserva legal montava R\$538 (R\$538 em 31 de dezembro de 2018).

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	11.060
Prejuízos acumulados	(307)
Reserva Legal	538
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.557
Reserva de retenção de lucros	7.661

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia destinou o montante de R\$2.557 referente ao dividendo mínimo obrigatório conforme estatuto, onde prevê o cálculo após a compensação do prejuízo de anos anteriores e destinação da reserva Legal.

Em 30 de junho de 2019, os saldos de dividendos a pagar somavam R\$2.557 (R\$2.557 em 31 de dezembro de 2018).

d) Reserva de retenção de lucros

Com base art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia destinou no exercício de 2018 o montante de R\$7.661 a título de retenção de lucros. Em 30 de junho de 2019, a retenção de lucros totalizava R\$7.661 (R\$7.661 em 31 de dezembro de 2018) a ser utilizada a critério da Companhia.

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Receita com passagens	372.767	366.595	191.005	180.740
Receitas acessórias	24.098	20.629	13.037	10.560
Outras receitas	2.929	-	2.929	-
Impostos, deduções e cancelamentos	(12.047)	(11.286)	(6.415)	(5.552)
Receita de serviços líquidas	387.747	375.938	200.556	185.748

* O serviço de construção se dava pelo direito de Outorga constituído no 6º termo aditivo, quando se gerou a obrigação de investimentos. O 6º termo aditivo se encontra praticamente finalizado financeiramente, e não houve adições ao Intangível dessa natureza no exercício de 2018 e no período findo de 30 de junho de 2019.

Custos e Despesas por natureza

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Pessoal	(117.001)	(111.434)	(60.293)	(55.461)
Conservação e manutenção	(41.337)	(38.134)	(21.596)	(20.079)
Despesas administrativas	(41.375)	(38.015)	(22.587)	(17.719)
Operacionais	(20.711)	(19.913)	(10.045)	(10.315)
Energia elétrica	(52.808)	(46.865)	(25.946)	(23.511)
Depreciação e amortização	(83.024)	(66.908)	(48.722)	(33.642)
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(2.254)	(2.495)	260	(1.647)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.902	7.779	(856)	3.575
	<u>(355.608)</u>	<u>(315.985)</u>	<u>(189.785)</u>	<u>(158.799)</u>
Custo de serviços prestados	(259.850)	(221.264)	(135.303)	(111.566)
Despesas gerais e administrativas	(98.660)	(94.770)	(53.626)	(47.252)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.902	49	(856)	19
	<u>(355.608)</u>	<u>(315.985)</u>	<u>(189.785)</u>	<u>(158.799)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Receitas financeiras				
Juros ativos	61	57	43	26
Juros sobre aplicações financeiras	7.862	13.700	2.894	10.138
Varição monetária ativa	1.891	475	739	82
Variações cambiais ativas	1.628	6.251	1.482	1.424
Outros	-	4	-	4
Total receitas financeiras	11.442	20.487	5.158	11.674
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(578)	(1.238)	(202)	(509)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.743)	(20.135)	(8.230)	(7.528)
Operações de hedge	-	(3.284)	-	-
Varição monetária passiva	(2.720)	(2.229)	(2.095)	4.112
Variações cambiais passivas	(1.337)	(4.240)	(798)	(1.398)
Juros sobre debêntures	(30.778)	(25.968)	(15.209)	(18.145)
Juros com partes relacionadas	(9.591)	(10.246)	(4.771)	(7.602)
Outros	(2.100)	(2.144)	(1.922)	(1.629)
Total despesas financeiras	(64.848)	(69.484)	(33.227)	(32.699)
Total resultado financeiro	(53.406)	(48.997)	(28.069)	(21.025)

18. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	30/06/2019	30/06/2018
Resultado básico e diluído por ação		
(Prejuízo)/Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(13.259)	9.550
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,009)	0,007

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de junho de 2019, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de junho de 2019, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
D&O	100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL Seguros
RO	280.000	01/08/2019	01/08/2020	TOKIO
RCG	100.000	01/08/2019	01/08/2020	TOKIO
AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/12/2018	31/12/2019	SOMPO
TRANS.NAC.	4.000	28/02/2019	28/02/2020	SURA
GARANTIA JUDICIAL	36	22/02/2019	22/02/2021	TOKIO
GARANTIA JUDICIAL	6.964	14/07/2015	14/07/2019	TOKIO
GARANTIA JUDICIAL	422	23/11/2016	23/11/2019	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	817	25/11/2016	25/11/2019	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	899	25/11/2016	25/11/2019	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	3.209	10/10/2017	25/09/2019	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	2.823	28/09/2017	28/09/2022	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	1.716	08/11/2016	08/11/2019	POTTENCIAL
TRANS.INT.IMP.	U\$ 3,000	28/02/2019	28/02/2020	SURA

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia possui contratadas duas cartas de fiança com o Banco ABC Brasil para prestação de garantia aos contratos de fornecimento de energia com a Rio Paranapanema para as linhas 1, 2 e 4, com valor total afiançado em 30 de junho de 2019 de R\$12.645 (R\$50.262 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia também tem carta de crédito contratada com o Banco do Brasil, no valor de EUR 256 , para garantia ao fornecedor Officine Meccaniche BBM.

21. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo a dois contratos de fornecimento de energia elétrica com a Rio Paranapanema Energia S.A.

O primeiro, celebrado em 26 de janeiro de 2009, a fim de atender o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, foi convencionado por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

O segundo contrato, celebrado em 9 de maio de 2016, visa suprir a demanda da Linha 4 no período entre 1º de agosto de 2016 e 31 de julho de 2021.

A Companhia também possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o MetrôBarra (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	125.029	-	179.573	-
Aplicações financeiras	63.101	-	60.303	-
Contas a receber	-	47.072	-	42.925
Partes relacionadas	-	10.914	-	10.914
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Total do ativo	188.130	57.986	239.876	53.839
Passivos				
Fornecedores	-	35.665	-	53.532
Partes relacionadas	-	2.557	-	38.608
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.057.966	-	1.115.110
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Concessão de serviço público	-	10.829	-	10.648
Obrigações com empregados e administradores	-	42.915	-	33.585
Total do passivo	-	1.149.933	-	1.251.483

b) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das aplicações financeiras com indexador dólar.

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	7,16%	8,95%	10,74%
DI Passivo (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
TR Passivo (% ao ano)	0,10%	0,08%	0,05%
TJLP (% ao ano)	6,62%	8,28%	9,93%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$3,81	4,76	5,72
IPCA Ativo (% ao ano)	4,13%	5,16%	6,20%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,13%	3,10%	2,07%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA em 30 de junho de 2019

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Empresa	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	15.382	1.101	1.377	1.652
Aplicações financeiras circulante					
Fundo cambial exclusivo					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DÓLAR	52.824	25.511	31.873	38.301
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	3.580	256	320	385
TOTAL		78.482	30.651	38.298	46.011

Empresa	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	193.967	12.841	16.059	19.261
Financiamento CEF	TR	228.937	229	182	114
Debênture LAMSA (CEF)	TR	101.709	102	81	51
Debênturista I	DI	565.363	40.480	30.360	20.240
TOTAL		1.089.978	53.651	46.683	39.666
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(26.294)	(1.883)	(2.353)	(2.824)
TOTAL		1.063.684	51.769	44.331	36.842

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.057.966	1.115.109
Caixa e equivalentes de caixa	(125.029)	(179.573)
Aplicações financeiras	(63.100)	(60.303)
Dívida líquida	869.837	875.233
Patrimônio líquido	(1.339.102)	1.353.786
Patrimônio líquido e dívida líquida	(469.265)	2.229.019

h) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

30 de junho de 2019	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	120.572	771.891	165.504	1.057.966
Fornecedores	35.665	-	-	35.665
Concessão de serviço público	2.144	8.685	-	10.829

23. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	30/06/2019	30/06/2018
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	2.410	1.862

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Garantias compartilhadas com dívidas contraídas em parte relacionada

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, às informações contábeis intermediárias, que informa que a parte relacionada MetroBarra S.A., em 11 de fevereiro de 2019, teve seu rating rebaixado por agência de classificação de riscos. Esse fato enseja a quebra de cláusulas restritivas, podendo acarretar no vencimento antecipado das debêntures emitidas pelo MetroBarra, caso não seja obtido waiver em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD. Adicionalmente, no cenário, em que haja o vencimento das debêntures do MetroBarra e a dívida não seja quitada pela referida Companhia, a fiança da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR (controladora do Grupo Invepar) poderá ser chamada, e caso não honrada, poderá acionar cláusula de vencimento antecipado nas seguintes dívidas do Grupo Invepar: (i) Debêntures da INVEPAR; (ii) Empréstimo da Linha Amarela S.A. - LAMSA; (iii) Fianças da Concessionária BR-040 S.A. - VIA040 e (iv) Debêntures da Concessionária ViaRio S.A. Caso o empréstimo da LAMSA seja declarado vencido antecipadamente, o debenturista da 2ª emissão de debêntures da LAMSA, poderá chamar AGD para deliberação ou não do seu vencimento antecipado. Havendo a declaração de vencimento antecipado da 2ª emissão de debêntures da LAMSA, deverá ser convocada AGD para deliberação ou não do vencimento antecipado da 8ª emissão de debêntures do MetroRio. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 S RJ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

A DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 12 de agosto de 2019, referente às demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

A DIRETORIA
